

**ENTRE A DITADURA E A DIÁSPORA:
UMA ANÁLISE À EMIGRAÇÃO PORTUGUESA DOS ANOS 60**

*Between the dictatorship and the diaspora:
an analysis of Portuguese emigration in the 1960s*

CLARA, Loureiro¹, DUARTE, Pedro², ALMEIDA, Sara³, & RODRIGUES, Maria Helena⁴

Resumo

Este artigo visa encetar uma análise detalhada acerca da emigração portuguesa no decorrer da década de 60, tendo como objetivo principal compreender os motivos subjacentes bem como descrever uma linha cronológica elucidativa do tema. De igual modo, vai ser dado enfoque aos fluxos migratórios, na mesma medida em que se irá estudar a alternância entre os principais países de destino eleitos pela população portuguesa, nos diferentes continentes. Ademais, dar-se-á conta do impacto da emigração forçada, em contexto de Guerra Colonial, através de uma base empírica, mas também prática.

Abstract

This article aims to begin a detailed analysis of the Portuguese emigration during the 1960s, with the main objective of understanding the underlying reasons and describing a chronological line that explains the topic. Likewise, focus will be placed on migratory flows, to the same extent as the alternation between the main destination countries chosen by the Portuguese population, on different continents, will be studied. We will also seek to account for the impact of forced emigration, in the context of the Colonial War, through an empirical but also practical basis.

Palavras-chave: *Emigração portuguesa; década de 60; fluxos migratórios; guerra colonial; emigração forçada.*

Key-words: *Portuguese emigration; 60's; migratory fluxes; colonial war; forced emigration.*

Data de submissão: março de 2024 | **Data de publicação:** junho de 2024.

¹ CLARA LOUREIRO – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. PORTUGAL. Email: clara.pinhao@hotmail.com

² PEDRO DUARTE – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. PORTUGAL. Email: pedromsduarte872@gmail.com

³ SARA ALMEIDA – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. PORTUGAL. Email: saramoraisalmeida@gmail.com

⁴ MARIA HELENA RODRIGUES – Universidade de Coimbra. PORTUGAL. Email: mariahelena.bvr@gmail.com

INTRODUÇÃO

A presente investigação prende-se com a dimensão assumida pela emigração portuguesa, nos anos 60 do século passado. Deste modo, tem como intuito constituir-se como um prestável contributo à interpretação e análise dos vetores socioeconómicos e políticos que originaram uma década de emigração nacional repleta de altos e baixos.

A década de 1960 marcou um período de transformações sociais e económicas profundas em Portugal, impulsionando o país para uma era de transição marcada por processos e progressos políticos, sociais e económicos. Neste contexto de mudança, a emigração portuguesa emergiu como um fenómeno de significativa importância, moldando não apenas o destino de milhares de indivíduos, mas também ao deixar uma marca indelével na configuração sociodemográfica e nas dinâmicas culturais da nação. Assim, propõe-se explorar minuciosamente a emigração portuguesa nos anos 60, desvelando os motivos subjacentes, os padrões migratórios predominantes e os impactos socioeconómicos e culturais que reverberaram tanto na pátria de origem quanto nas terras de acolhimento.

O êxodo massivo de portugueses, durante esta década, representa um fenómeno multifacetado que obriga a que seja realizada uma abordagem holística. Para enquadrar as raízes deste movimento, torna-se imperativo compreender as pressões socioeconómicas enfrentadas por Portugal à luz da época, incluindo a instabilidade política, o subdesenvolvimento industrial, a falta de oportunidades de emprego e as disparidades económicas regionais. Estes fatores forneceram o terreno fértil para uma migração em larga escala, na qual a procura por condições de vida mais promissoras e oportunidades de emprego no exterior se tornou uma atração, quase obrigatoriedade, para inúmeras famílias e indivíduos.

Além da resposta às causas impulsionadoras, este estudo irá analisar os destinos preferenciais dos emigrantes portugueses, delineando padrões geográficos e demográficos que caracterizaram esse fluxo migratório. A emigração para a Europa Ocidental, com maior incidência no território francês, emergiu como a zona magnetizadora da diáspora portuguesa, devido à oferta de empregos em setores industriais e de construção que se tornaram cruciais para o desenvolvimento económico destas nações, no período em estudo.

Por último, este artigo não apenas se compromete a expor os fios da emigração voluntária, mas também desenha uma interpretação daquilo que foi, e continua a ser em certos territórios, a emigração forçada. O período histórico que irá servir como base argumentativa para este último ponto será, sem sombra de dúvida, o grande episódio da Guerra Colonial (1961-1974).

Breve Esclarecimento Cronológico

Ao nível da mudança estrutural verificada no seio da sociedade portuguesa, a partir da II Guerra Mundial até ao hiato de tempo em estudo, o quadro emigratório pode sintetizar-se de acordo com o método que irá ser utilizado neste esclarecimento histórico.

No que concerne ao período pós Segunda Guerra Mundial, Portugal via-se imbuído num espírito de emigração clandestina, o que originava a um aumento do número de engajadores, isto é, os denominados agentes de emigração. A Guerra revelou constituir-se um nítido reflexo da fragilidade da economia portuguesa, tornando o país cada vez mais dependente de ajuda externa. Consequentemente, a população via-se obrigada, legal ou ilegalmente, a procurar outros territórios mais favoráveis para viver e trabalhar. Devido a esta vontade crescente de emigração, Salazar, em meados de 1947, viu-se obrigado a suspender temporariamente a emigração legal até que fossem definidos, pelo Ministério do Interior, os *princípios e as disposições relativos à proteção do emigrante e ao condicionamento da emigração autorizada*:

considerando a necessidade de regulamentar a emigração portuguesa, tendo em conta a proteção devida aos emigrantes, os interesses económicos do país e a valorização do território do Ultramar pelo aumento da população branca” (preâmbulo do Decreto-Lei nº36 199, de 29 de março de 1947)⁵.

É essencial ter em conta que no período sob escopo, em termos oficiais, não existia nenhum organismo que fosse efetivamente responsável pelos assuntos emigratórios do país, sendo que o Comissariado-Geral dos Serviços de Emigração, criado em 1919, demonstrava-se sem competências, não se revelando eficiente nem funcional. É neste seguimento, que em substituição deste organismo inoperante, surgiu, em 1947, a Junta de

⁵ Disponível em <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1947/03/07200/02430251.pdf>

Emigração que, dependente do Ministério do Interior⁶, almejava a “defesa do emigrante contra as especulações várias de que tem sido fácil vítima”.⁷

Com esta alteração oficial no panorama de referência, uma vez que o assunto da emigração passou a ser reconhecido como sendo de interesse nacional, este organismo (JE) vai delinear a sua atividade objetivando a priorização da saída de parentes de emigrantes por estes chamados, bem como de retornados e de isolados.⁸ Posteriormente, o número de saídas, por via legal, intensificar-se-á de modo assinalável, transitando de 12,8 mil nacionais, em 1947, para mais de 47 mil, em 1952 (Galvanense, 2013, p. 28-29)

No atinente à última década que antecede o período em estudo, poucas alterações foram visíveis, sendo mais relevante assinalar o desvio das preferências geográficas da população.⁹ Ao apurar os dados de emigração neste decénio, calcula-se que a média anual de partidas tenha rondado os 35,3 milhares de indivíduos (Carvalho, 2011, p. 46).

Neste seguimento de explanação de dados e tendo em conta a intensificação da emigração clandestina, fundamentalmente para a França, o governo português promulga, nos anos de 1959 e 1960, duas amnistias. Deste modo, tal permitiu aos indivíduos que haviam saído do país de forma irregular a possibilidade de voltar a Portugal para se legalizarem. Não obstante, note-se que isto só era permitido caso o serviço militar estivesse efetivamente cumprido.¹⁰

No que concerne à década sobre a qual esta investigação incide, assiste-se a um agravamento a nível emigratório, Portugal. Por conseguinte, tal é comprovado pelos seguintes dados: de 1960 a 1964, 55 mil habitantes e, no que corresponde ao período de 1965 a 1969, houve um volume médio de partidas a rondar os 110 mil portugueses (Baganha, 2000, p. 217). Ao proceder à dissecação deste período, dá-se conta de uma fuga crítica no ano de 1966. Para além disso, é significativo referir que as diferenças anuais são, também elas, gritantes: em 1964 saem mais 14 mil indivíduos do que no ano

⁶ A Junta de Emigração era constituída por oito vogais selecionados pelo Ministério do Interior, sendo que, logicamente, o presidente também seria nomeado pelo mesmo Ministério, ficando, assim, o novo organismo de controlo da emigração, totalmente dependente deste.

⁷ “Preâmbulo” do Decreto-Lei nº 36:558, de 28 de outubro de 1947. Diário do Governo, I Série, nº 250, p. 1071. Disponível em <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1947/10/25000/10711074.pdf>

⁸ Sem família ou alguém que possa auxiliar neste contexto.

⁹ Assunto que irá ser tratado, de modo mais aprofundado, no decorrer deste artigo.

¹⁰ Esta situação, ao nível das estatísticas oficiais, veio tornar este estudo, no período de tempo respetivo, mais impreciso, uma vez que esta população que retornou ao país para se legalizar não se encontra desagregada dos dados oficiais. Desta forma, a partir de 1963, são incluídos nos números oficiais da Junta de Emigração, tanto os emigrantes legais do ano correspondente como os que já tinham emigrado num momento antecedente.

anterior e em 1966 esta diferença anual aumenta em 40 mil habitantes, totalizando, nesse ano, uma saída de 120,3 mil pessoas (Carvalho, 2011, p. 46).

Já no período entre 1967 até ao termo da década, o movimento emigratório oficial vai subverter-se de modo abrupto e contínuo, sendo que em 1967, a emigração enfraquece em 28,7 mil nacionais do que no ano anterior e, em 1970, o quantitativo de partidas – o mais baixo deste quinquénio – representa pouco mais de metade do registado naquele ano crítico de 1966: 66,4 mil indivíduos (Carvalho, 2011, p. 46, 47).

Encontrando-se reunidos todos os dados quantitativos pertinentes, torna-se estritamente exigido que se perceba, resumidamente, os fatores que estiveram na raiz destes aumentos e recuos da emigração em causa.

Cumpre referir o pensamento de Manuel de Lucena aquando da sua análise da década de 60: «A modificação não começa depois da retirada do velho mestre. No plano económico e social, esboça-se nos últimos anos de Salazar. Só a abertura política lhe é posterior.» (1976, p. 24)

É de conhecimento geral que Portugal, ainda na década de 60, se encontrava sob o domínio do Estado Novo, marcado por um regime autoritário de censura, repressão política e por uma economia dirigida pelo Estado. Precisamente em 1961, país se viu-se num beco sem saída, a Guerra Colonial (1961-1974), iniciada em Angola, no ano de 1961 e, posteriormente, em Moçambique no final de 1964. O governo, confrontado com o alastramento deste conflito armado, viu-se obrigado a incentivar a emigração coletiva para as colónias ultramarinas, objetivando, assim, o povoamento “branco” das mesmas. Caso não fosse bem-sucedido, não haveria resistência suficiente para assegurar a colonização dos territórios. Esta política de povoamento, com enorme influência nos elevados números da emigração apresentados no início da década, teve efeitos positivos, contudo, só a nível da contenção, nunca constituiu algo resolutivo.

Neste seguimento, a contração emigratória observada nos anos posteriores a 1966, encontra-se explicada nas consequências nefastas deste regime, incluindo o descontentamento geral da população e o isolamento externo do país. Como consequência evidente, contribuiu para o enfraquecimento do regime ditatorial. Nesta medida, assiste-se a um começo do declínio da expressão “Orgulhosamente sós”, que personificava um símbolo de coragem nacional, de pátria. Todavia, este declínio na emigração não teve só influência portuguesa como também refletiu a desaceleração no desenvolvimento

económico de certos países. De notar que estes últimos constituíam os principais recetores da população portuguesa, designadamente, a Alemanha, com foco maior em França. A emigração massiva para estes países obrigou a que os mesmos limitassem o número de contratos de trabalho, originando o regresso dos indivíduos. Porém, assistiu-se também a um aumento da percentagem de desemprego nesses territórios.

Em síntese, estas nuances de emigração são decorrentes da política de condicionamento e restrição do Estado Novo, na década de 60, aliada às necessárias de povoamento do território nacional e à falta de registo/contabilização oficial da emigração ilegal. Isto tudo a favor dos interesses demográficos do Estado Novo e do isolamento externo a que o país estava sujeito.

Emigração

A elevada procura por melhores condições de vida pelos portugueses, durante o Estado Novo, despoletou um pico de emigração para vários países no resto do mundo, espalhados pela Europa, América e África e até Oceânia. Mas, afinal, o que levou tantos portugueses ao abandono da sua casa em busca de melhores condições de vida em territórios completamente desconhecidos?

É digno de referência que são os problemas com a nação que levaram tanta gente a sair do país, na sua grande maioria. A título de exemplo, destacam-se os seguintes: a crise da agricultura portuguesa, em que um diminuto número de população se dedicava à agricultura; a pouco desenvolvida indústria que constituía um grave problema, pois procurava progredir sem oferecer salários dignos aos funcionários, adicionando a proibição de greves e manifestações sindicais (isto contrastava com a alta oferta de trabalho e com um salário melhor presente noutros locais); o modelo obrigatório de serviço militar que, eventualmente, incluía a participação na Guerra Colonial e, por último, a situação económica e política do país, altamente instável.

América

A efetiva existência do Oceano Atlântico propiciou uma divisão geográfica entre a Europa e a América. Assim, foram necessárias adoções de novos métodos de transporte que não levantassem suspeitas. Para tal, foram criadas redes de emigração clandestina.

Note-se, porém, que este não é um fenómeno dos anos 60, dado que já existiam anteriormente vestígios do uso de redes semelhantes no século XIX (apesar destes remeterem, maioritariamente, para a fuga do serviço militar).¹¹

No que concerne à seleção de indivíduos interessados na emigração, é de salientar que as “agências” destinadas para o efeito se situavam em Lisboa e no Porto, agindo como centro de operações. Porém, note-se que no interior do país, principalmente no meio rural, também se verificava a aliciação da população que poderia ter interesse em emigrar. Deste modo, o procedimento era semelhante em todos os casos: num primeiro momento, organizavam a viagem e falsificavam documentos que seriam usados no país de destino; num segundo momento, correspondente ao início da viagem, verificava-se duas possibilidades de saída da península: a primeira, a partir de Vigo, quando os emigrantes já detinham os devidos documentos; e a segunda, partindo de Lisboa, quando ainda não os possuíam, apenas recebendo as certidões aquando da chegada ao destino. Porém, estas viagens acarretavam alguns riscos, nomeadamente no transporte, momento em que era recorrente haver desistências. Por outro lado, também no ato de pagamento do serviço, se verificava a imposição de uma taxa adicional, no caso de não conseguirem pagar anteriormente à partida. (Silva, 2008, p. 24-26)

Relativamente aos principais destinos da população emigrante, o continente americano constituiu um importante foco de acolhimento, destacando-se, na região da América do Norte, os Estados Unidos da América e o Canadá. No Sul do continente, o Brasil, a Venezuela e a Argentina são os principais locais de paragem. De notar que se optou por abordar os países mais pertinentes no que concerne ao número de saídas, em vez de se incidir sobre a sua totalidade.

América do Norte

Estados Unidos da América

A emigração portuguesa nem sempre teve em vista a região americana como alvo de potencial destino de emigração para fugir às condições adversas da nação lusófona. Todavia, no século XIX, a partir do ano de 1870, as primeiras vagas de migração em direção aos Estados Unidos começaram a marcar a diferença através de um aumento na

¹¹ Este traço ainda era comum durante a época, com os conflitos das antigas colónias em África, mas agora também aderem ao transporte no âmbito da emigração.

estatística de saídas. Nas décadas de 1910 e 1920, fez-se sentir a maior corrente pré-II Guerra Mundial, destacando-se o período dos “Loucos Anos Vinte”, porém, com a queda da bolsa de Wall Street e a passagem para a Grande Depressão, este país perdeu a maior parte do seu interesse (Cepeda, 1995, p. 35).

Cumprе referir que a Terra da Oportunidade volta a atrair o interesse português no momento em que, após a Segunda Guerra, a economia floresce, dando sinais de receber, aproximadamente, 20 mil pessoas só nos anos 50. Já na década de 60, este ritmo mantém-se na sua primeira metade, atraindo uma média de 3 mil novos portugueses, por ano. A partir de 1966 surge uma subida considerável de novos interessados no país, alcançando números superiores aos da metade suprarreferida. Deste modo, denota-se uma média de 10 mil pessoas, anualmente, durante os 5 anos que se seguiram (Baganha, 2000, p. 219). Salienta-se que o ano menos populoso foi o de 1966, recebendo 8482 pessoas, e o mais volumoso, em 1969, com 15875 recém-chegados portugueses ao país americano (Cepeda, 1995, p. 36).

Ademais, é interessante perceber o facto de que os principais migrantes, com destino aos Estados Unidos, eram provenientes dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, representando até um quinto do fluxo total:

Entre 1950 e 1988, o fluxo migratório das ilhas representou 21% do total e foi maioritariamente direccionado para o continente americano. O fluxo açoriano teve como principal destino os Estados Unidos da América e cresceu significativamente durante os anos 60 e 70, particularmente depois de 1965 data em que os EUA introduziram reformas legais que favorecem a reunificação familiar e reviram o sistema de quotas de 1924. Estas medidas aumentaram a quota da Europa do Sul e, consequentemente, a quota portuguesa. (Baganha, 1994, p. 221).

Apesar disto, a Madeira pouco contribuiu, pois teve em mira, principalmente, a antiga colónia portuguesa, o Brasil. No entanto, quando Portugal começou a perder interesse migratório no território brasileiro, as ilhas madeirenses abrandaram drasticamente os números de emigração para todos os destinos.

Canadá

O principal palco de imigração portuguesa na região norte da América, tal como fora mencionado, foi os Estados Unidos, o que não invalida que o seu vizinho fronteiriço não tenha sido um local igualmente atrativo para o povo português.

O Canadá, tal como os EUA, viu o nível de população portuguesa aumentar, assistindo, assim, a uma subida significativa na primeira metade da década de 60 até 1964. Neste seguimento, na transição do ano, verificou-se uma subida drástica no número de partidas lusas até 1969. Estima-se que, de 1960 a 1964, uma média de 4 mil portugueses entrariam, anualmente, originando uma dilatação para 6 mil migrantes anuais a partir de 1965 (Baganha, 2000, p. 219). Esta atração pelo país deve-se à política fronteiriça para emigrantes:

Já em 1947 o primeiro ministro do Canadá Mackenzie King afirmava que a política do governo é desenvolver o crescimento da população do Canadá, incentivando a emigração. O governo vai procurar, por meio de legislação, de regulamentação e de uma administração enérgica, garantir a seleção atenta e a instalação permanente de um número de imigrantes capaz de ser vantajosamente absorvido na nossa economia nacional. (Cepeda, 1995, p. 36).

Porém, apesar da motivação fronteiriça, destaca-se uma política bastante seletiva para os estrangeiros que podiam atravessar a fronteira para habitar este país. Como a região canadense procurava mão de obra, visando a evolução do país, apenas aceitavam pessoas com um perfil adequado. No caso dos portugueses, a maioria dos que eram autorizados a entrar eram operários especializados ou faziam parte de quadros técnicos (Cepeda, 1995, p. 37).

América do Sul (Brasil)

A região mais atrativa da América do Sul, aos olhos dos portugueses, era o território que outrora fora uma colónia portuguesa – o Brasil. Esta vaga migratória tornou-se mais patente na década de 50, quando as partidas para solo brasileiro representavam 68% do abandono total da nação, em comparação com o resto do mundo. Nesta altura, não se verificando oferta de trabalho relevante na Europa e com a familiaridade ao nível da língua, a viagem através do Atlântico revela-se a opção mais apelativa: “a emigração portuguesa para o Brasil conhece ainda um outro surto, como bem demonstram os mais de 26000 indivíduos que, em média, saíram de Portugal para aquelas paragens no período compreendido entre 1951 e 1960” (Cepeda, 1995, p. 19).

A partir de 1960, regista-se um crescimento económico, graças às ligações do setor industrial com os EUA, que, consequentemente, fez diminuir o número de indivíduos bem-sucedidos na transposição da fronteira brasileira. Esta mudança despoletou uma incessante procura por maior qualidade nos recursos humanos, apesar da necessidade de mão de obra. Assim, com o requerimento de especialização dos trabalhadores, vários portugueses não conseguiram encontrar forma de sair do país. Não obstante, a população portuguesa ainda representava 38,3% da população emigrante, no referido território, durante os anos 60.

Europa

Apesar da possibilidade de saída de Portugal para o resto da Europa, sem se recorrer necessariamente a vias marítimas ou aéreas, o método de transporte clandestino era semelhante: certos indivíduos percorriam as aldeias (particularmente do Norte) à procura de interessados em arranjar emprego na Europa Central. Nesta medida, tal processo implicava a travessia de fronteiras, verificando-se uma cumplicidade entre os contrabandistas e as autoridades locais, de modo a facilitar as fugas do território nacional. Porém, também se muniam da via marítima para viajar, tomando como destino a França, apesar deste rota se revelar muito diferente, consequente das condições e do conforto que a via transatlântica não oferecia.

Relativamente ao transporte terrestre, foram reunidos vários testemunhos: uns relatavam a fachada das carrinhas como transportes de animais, enquanto outros observavam o simultâneo contrabando de materiais e de pessoas para o exterior da Península Ibérica (Cepeda, 1995, p. 26-29).

Os vários países que receberam novos habitantes incluem a França, Alemanha, Suíça, Reino Unido e Espanha. Todavia, apenas nos debruçaremos, de seguida, sobre o caso específico da França, pois os vários motivos de emigração para os restantes países são semelhantes aos que irão ser inumerados.¹²

¹² A Espanha mostra ser a única exceção, devido às condições políticas, bastante semelhantes ao autoritarismo Português, que representava o único motivo pelo qual a população espanhola poderia querer emigrar para Portugal.

França

Com o abalo do conflito na II Guerra Mundial, a Europa Central encontrava-se desfigurada, em comparação à situação próspera anterior. Portanto, estes países procuravam uma força eficaz e rápida de reparação – o que despertou a atenção de habitantes de várias nações.

É a partir de 1962 que a presença portuguesa em França começa a ser significativa, com as entradas a duplicar em número a cada ano que passa, causando a primeira vaga de grande migração para o território francês. De todas as partidas de Portugal nos anos 60, 68% tinham como destino a Europa, sendo que a França detinha do 59% dessa emigração. Embora parte deste número seja de migrações aprovadas pelo estado português – menos de metade – as restantes são parte da rede de contrabando que percorria as áreas portuguesas e espanholas. É, também, nesta altura que a emigração clandestina começa a ser uma opção mais consensual entre os que desejam abandonar a pátria em busca de melhor qualidade de vida.

Adicionalmente à oferta tentadora de mão de obra bem paga, o governo francês tomou a decisão, em 1962, de abrir as fronteiras a emigrantes ilegais, optando também por regularizar o estatuto dos que já se encontravam dentro do território ilegalmente.

Com um elevado número de habitantes a pedirem autorização para abandonar o país na procura de trabalho noutros territórios, Salazar expressa o desejo de impedir as viagens dos portugueses para a Europa, querendo enviá-los para as colónias afetadas pela Guerra Colonial. Apesar das várias tentativas de propaganda para incentivar os lusófonos a tomarem como rumo o continente africano, a alta procura pela reconstrução da Europa superou as forças governamentais portuguesas (Castelo, 2009, p. 76).

África

As Ex-Colónias

A tentativa de mudança de fluxo migratório da Europa para os territórios ultramarinos portugueses revelou-se um fracasso na medida que Salazar pretendia. Porém, várias pessoas, anteriormente e posteriormente, tinham sido enviadas, principalmente, por mão do estado, para as colónias, nomeadamente Angola e Moçambique.

A emigração para estes núcleos teve início após a II Guerra Mundial, aumentando na década seguinte, com o novo comércio de café. De modo similar, a primeira metade da década de 60 manteve os números dos anos 50, abrandando na segunda metade da década, com os conflitos coloniais.

A criação da Junta de Emigração iludia o povo português no sentido de os fazer acreditar que poderiam escolher livremente o país para o qual se iriam deslocar. Os que avançam com a decisão veem a sua opção de destino restrita a dois locais: Angola ou Moçambique. Assim, o governo detinha um maior controlo sobre as saídas legais.

A propaganda não parou somente neste momento. Nos anos 60, quando a emigração clandestina se tornou um problema grave para o governo, foram criadas várias publicidades a despromover os métodos clandestinos, apontando os “fracassos” (mortes, más condições de transportes, etc.). Consequentemente, aproveitando este momento, houve uma tentativa de “glorificação” das vantagens da emigração para o continente africano, mais particularmente, para as colónias. Encontrando uma forma de controlar os territórios do ultramar, a migração começou a adulterar os fluxos legais.

Estavam, então, marcados os objetivos do governo:

Dois objetivos estiveram na base desta mudança de atitude do Estado português: por um lado, e como objectivo político, a tentativa de manutenção de soberania portuguesa naqueles territórios, o que implicava uma forte presença de população oriunda do Continente; por outro, e como objectivo económico, a tentativa de um mercado protegido nas ex-colónias, às quais se compravam matérias primas a preços inferiores aos praticados no mercado mundial e se vendiam produtos originários da pouco competitiva indústria nacional, produtos esses com fraca elasticidade de procura.(Cepeda, 1995, p. 42).

Porém, quando a economia começou a florescer, Salazar enviou uma ordem para fechar as fronteiras. Adotou uma medida muito semelhante à do Canadá e à do Brasil, apenas aceitando os que seriam um bem maior para o florescimento económico do país. Mas, algo obrigou a abrir as fronteiras novamente.

Com o início da Guerra Colonial, um extenso núcleo de pessoas tentou abandonar as colónias por receio de virem a ser prejudicadas pelo conflito. Apesar disso, Salazar teve uma resolução: a criação de juntas em Angola e Moçambique, de forma a controlar os movimentos do povo. Para Angola, o plano foi eficaz – o movimento de pessoas que entravam no país para enfrentar a ameaça angolana foi superior ao abandono do mesmo, aumentando constantemente o número de emigrantes. Em Moçambique, o problema foi maior para Salazar. Todos os anos, o número de lusófonos nativos de Portugal descia continuamente, mas com os combatentes do exército, o número manteve-se estável.

A quantidade de população branca nestes dois países, mesmo com a resistência da política anti-imigratória do Estado Novo, foi drasticamente massiva. Na década de 1950, em Angola e Moçambique, tinham 78 826 e 48 213 habitantes, respetivamente. Nos anos 60, esses números subiram para 172 529 e 97 245. O grande pico destes números esteve presente na década do fim da guerra, nos anos 70, com 280 101 e 162 967 pessoas brancas (Castelo, 2009, p. 77).

Caraterização da população emigrante

A emigração portuguesa dos anos 60, na qualidade de fenómeno significativo da nossa cultura, teve repercussões importantes na sociedade portuguesa da época. Nesta medida, após nos debruçarmos sobre os principais países de destino desta efetiva emigração verificada, importa caraterizá-la e atentar nas suas especificidades.

A população que emigra para as colónias, a nível social, é muito heterogénea, sendo que se evidenciam diferenças nos seus perfis conforme as colónias de destino. Estas pessoas, historicamente, foram influenciadas por vários fatores, como questões políticas, económicas e sociais. Nesta medida, uma parte população dedicava-se maioritariamente à agricultura, constituindo a classe dos trabalhadores rurais, sendo que outros eram comerciantes, empresários ou funcionários públicos pertencentes ao setor terciário.

Cumprе salientar que esta diversidade social reflete perfeitamente as diferentes motivações para a emigração, incluindo oportunidades económicas, fugas das instabilidades políticas ou até mesmo a procura de novas experiências culturais.

No que concerne às semelhanças e diferenças dos emigrantes que tinham como principais destinos a América e a Europa, denotam-se motivações distintivas que impulsionam a saída do país. Deste modo, enquanto os emigrantes com destino à América, muitas vezes, procuravam melhores oportunidades a nível económico, os que escolheram as ex-colónias podem ter sido, também, influenciados pela história colonial portuguesa, espelhando a efetiva existência de laços culturais com estas regiões que ofereciam oportunidades específicas.

Na vertente económica e social, também se observam evidentes contrastes. Os que emigram para as ex-colónias podem ter enfrentado desafios únicos relacionados com a adaptação a contextos pós-coloniais, enquanto aqueles que foram para a Europa ou América podem ter-se deparado com realidades diferentes em termos de integração cultural e oportunidades de trabalho.

É então notório que, em comparação com a emigração para outras regiões, os movimentos para as colónias sejam numericamente expressivos. A dimensão reduzida do movimento migratório para outras regiões, como Europa e América, pode ser explicada pela influência das relações históricas e culturais que Portugal tinha com as suas ex-colónias. Estas representavam um contexto onde os laços históricos e culturais eram mais fortes, levando a uma migração mais acentuada para essas regiões. Além disso, oportunidades económicas específicas e o apelo do desenvolvimento das ex-colónias podem ter desempenhado um papel fundamental nessa escolha.

Em 1966, o volume total da emigração para as colónias atingiu 111,903 mil indivíduos, contribuindo significativamente para o total de 120,3 mil emigrantes naquele ano. O número referenciado destaca a importância das ex-colónias como destino preferencial para os portugueses que procuravam oportunidades fora do país. Por conseguinte, denota-se que tal período específico pode ser relacionado com eventos históricos, como a descolonização em curso e as mudanças políticas que afetaram as dinâmicas migratórias. Atente-se nos seguintes dados providenciados pelo artigo de José Carlos Laranjo Marques, que nos fornecem uma visão global da evolução desta emigração:

Até aos anos 60 a maioria dos portugueses que emigraram dirigiram-se para o Brasil. A partir desta década a emigração portuguesa dirigiu-se-á, sobretudo, para a Europa, integrando-se o fluxo migratório nacional progressivamente nos processos de transferência de forças de trabalho dos países do Sul para os do Norte da Europa iniciado nos anos 50. Este atraso não impediu que o movimento emigratório português registasse, durante este ciclo, valores nunca antes atingidos. Assim, entre 1962, ano em que pela primeira vez um país Europeu (a França) surge como o principal destino da emigração portuguesa, e 1973 saíram de Portugal com destino aos outros países europeus cerca de um milhão de pessoas, a uma média anual de 85.515 saídas. Os principais destinos destes emigrantes foram a França e a Alemanha, que absorveram, respectivamente, 80,9% e 16,6% dos portugueses que, de forma legal ou clandestina, se dirigiram durante este período para a Europa (cálculos com base em Baganha, 1992 & 2001, p. 2).

Surgimento dos Retornados: Consequência social da emigração forçada

Uma das consequências sociais mais gritantes associada ao fenómeno de emigração foi o efetivo surgimento dos retornados.

O termo "retornado" refere-se aos portugueses que regressaram a Portugal após o processo de descolonização e independência das ex-colónias, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Este fenómeno ocorreu em grande parte devido à retirada das forças portuguesas e ao fim do domínio colonial, resultando na necessidade de muitos portugueses, que viviam nas ex-colónias, retornarem ao país de origem. Importa então, notar na seguinte citação relacionada com a nomenclatura referida:

Os desterrados, como eu, são pessoas que não puderam regressar ao local onde nasceram, que com ele cortaram os vínculos legais, não os afectivos. São indesejados nas terras onde nasceram, porque a sua presença traz más recordações. Na terra onde nasci seria sempre a filha do colono. Haveria sobre mim essa mácula. A mais que provável retaliação. Mas a terra onde nasci existe em mim como uma mácula impossível de apagar (Figueiredo, 2009, p. 133).

Esta autora que escreveu *Caderno de Memórias Coloniais* demonstra-nos a condição moral em que os “desterrados” se encontravam. Estes, diz Isabela Figueiredo, são pessoas que, tal como ela, foram arrancadas do seu local de nascença em virtude da conjectura de guerra ou mesmo por imposição da lei vigorante, contra a sua vontade. É perceptível uma evidente identificação da mesma com os referidos retornados, objetos da repressão cujas vidas oscilam entre tensão e uma moral humanitária.

É ainda digno de referência que a palavra “retornado” surja como resultado da atuação do estado português na resposta ao movimento migratório massivo das colónias despoletado pela descolonização, resposta essa que se concretizou, já em março de 1975, na criação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) através do Decreto n.º 169/75. Num período em que os acontecimentos se precipitavam sem que se conseguisse perspetivar rumos ou desfechos previsíveis, mas também quando já se começava a assistir à chegada à metrópole de muitos milhares de residentes das colónias, o IARN instituía-se para prevenir “o possível retorno de emigrantes” devido ao “processo de descolonização em curso”.

Mas o próprio nome de “retornado” instaura, logo de princípio, uma fratura identitária no seio da sociedade portuguesa, então imersa num profundo processo de transformação. Muitas das pessoas incluídas nessa categoria de “retornado” não se revêm nesta classificação, considerando-a inexata.

Análise de uma entrevista: elemento que sustenta a base teórica apresentada

Porque é preciso tempo para lembrar o que não se esquece, e voltar à fala, para testemunhar a memória.
Peralta, Elsa (2021)

A fim de se imprimir um cunho pessoal a esta investigação e, simultaneamente, corroborar toda a informação apresentada, capaz de sustentar a base teórica desenvolvida, inclui-se uma entrevista ao avô de uma das autoras da presente investigação. Note-se que este é ex-combatente na guerra colonial, pelo que nos pode fornecer, na primeira pessoa, a sua perspetiva acerca do impacto desta guerra, bem como foi forçado a sair do seu país.

Neste contexto, cumpre salientar a importância da perpetuação da memória dos ex-combatentes para a construção de uma identidade comum que se associa perfeitamente ao conceito da nossa cultura portuguesa.

Procede-se então à análise desta entrevista. O entrevistado revela que foi enviado para Moçambique devido à obrigação militar, sendo mobilizado para cumprir o serviço obrigatório na Força Aérea, mais especificamente como instrutor de cães de guerra. Ademais, salienta o facto de ter sido efetivamente forçado a sair do seu país, reforçando o tópico da presente investigação que foi influenciado pelo fator político da guerra. Percebe-se que a população não emigrou de livre vontade, dado que lhes eram incutidas ideias da propaganda militar, patriotismo e defesa da colonização, motivo pelos qual o serviço militar era entendido como dever essencial para defesa da pátria.

Ao longo da entrevista, descreve ainda as condições de vida na base militar em Moçambique, abordando aspetos como o calor intenso, a convivência com animais selvagens, bem como o impacto emocional que a morte de colegas lhe causou. Tal revela-nos o lado negativo da guerra, dando-nos conta dos tempos difíceis vividos pelos ex-combatentes que se viram obrigados a lidar com condições meteorológicas adversas e questões emocionais que a conjuntura de guerra propiciou e perpetuou muitas vezes sob o nome de stress pós-traumático.

Destaca ainda uma relação relativamente respeitosa com os cidadãos moçambicanos, contrastando com a atitude desumana de alguns militares que praticavam violência extrema. Tal denota o menosprezo pelos cidadãos moçambicanos que se verificava na altura, sendo que os portugueses, que se sentiam superiores, tentavam impor, a todo o custo, a sua supremacia branca. Ainda assim, esta atitude contrasta com

a de um combatente em específico – neste caso o entrevistado – bem como a de alguns oficiais que demonstravam respeito pelas comunidades autóctones. Adicionalmente, são retratados momentos e experiências difíceis/traumáticas que incluíam a preocupação constante com a possibilidade de ataques e a dificuldade emocional de lidar com a mortalidade iminente.

Apesar do ambiente hostil, destaca a importância dos momentos de lazer, como a participação em um conjunto musical de Rock, como uma forma de aliviar a tensão e proporcionar algum conforto emocional.

É ainda incluído o relato da viagem de retorno a Portugal, mencionando as dificuldades emocionais enfrentadas após a guerra – pesadelos recorrentes e insónias.

A dificuldade de se despedir do seu cão de guerra também é narrada, o que confere uma dimensão de grande humanidade a esta entrevista. Neste momento, são-nos ainda fornecidas informações relevantes acerca do processo de retorno da população (neste caso, ex-combatentes) a Portugal, assim como o impacto que o pós-guerra causou.

É importante mencionar a comparação realizada da situação de Portugal aquando do regresso do entrevistado, destacando este o desenvolvimento do ultramar em comparação com a metrópole. Tal demonstra o atraso social, económico e civilizacional da metrópole em relação às colónias.

A inclusão do testemunho da avó adiciona uma dimensão emocional, destacando o sofrimento e a preocupação das famílias durante o período da guerra.

Em suma, a entrevista fornece uma visão detalhada e pessoal da experiência do entrevistado durante a guerra em Moçambique, abordando não apenas os aspetos militares, mas também as implicações emocionais e sociais desse período. Indubitavelmente, contribui para compreensão do fenómeno emigratório verificado no seio da cultura portuguesa durante o período sob escopo, proporcionando uma imersão nas experiências individuais e nos desafios enfrentados por aqueles que foram mobilizados para servir a sua pátria.

CONCLUSÃO

Após esta análise profunda sobre a emigração portuguesa nos anos 60, torna-se claro que este período foi marcado por uma interseção crítica de eventos históricos e movimentos populacionais que moldaram, de maneira indelével, o destino de milhares de portugueses. A ditadura, com as suas políticas repressivas e limitações à liberdade, criou um contexto propício para a emigração massiva, na medida que os cidadãos procuravam fugir às condições políticas e sociais desfavoráveis.

É digno de referência que os *emigrantes* portugueses dos anos 60 enfrentaram desafios substanciais no momento em que se tentaram estabelecer em novas terras. As condições de vida e trabalho no estrangeiro foram muitas vezes árduas, apesar destes terem sido impulsionados por uma determinação notável a fim de melhorarem a sua situação de vida. Por conseguinte, as suas contribuições nos países de acolhimento foram notórias, tanto a nível económico como cultural.

Percebe-se ainda que a diáspora portuguesa não foi apenas um fenómeno migratório, dado que se revelou um importante meio de combate à ditadura devido ao seu papel vital na luta pela liberdade e democracia. O panorama emigratório português emergiu como uma força motriz na transição para a democracia, contribuindo significativamente para a construção de uma nova era para Portugal.

Em suma, nos tempos atuais, podemos observar o legado duradouro da emigração portuguesa da época sobre a qual incide a investigação encetada. Assim, considera-se uma diáspora resiliente que transcende fronteiras, enriquecendo tanto a pátria de origem quanto as terras que a acolheram. A conjugação de fatores políticos, sociais e económicos, como a ditadura, a falta de oportunidades e a ânsia de melhoramento das condições de vida, contribuiu para a emigração significativa dos portugueses nos anos 60, marcando duas fases distintas de destinos migratórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexandre, V. (1998). A viragem para África. In História da expansão portuguesa (Vol. 4, pp. xx-xx). Lisboa, Portugal: Círculo de Leitores.

Anica, A., & Dias, M. L. (2017). Emigração clandestina durante o Estado Novo: O fluxo migratório ilegal do Sotavento do Algarve para Marrocos. OMNIA, 7, 95-109. <https://doi.org/10.23882/OM07-2017-10-07>

Baganha, M. I. (1994). As correntes migratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. Análise Social, 29(4), 959-980.

Baganha, M. I. (2000). A emigração portuguesa no pós-II Guerra Mundial. In A. C. Pinto (Ed.), Portugal contemporâneo (pp. 213-231). Madrid, Espanha: Ediciones Sequitur.

Carvalho, F. (2011). A emigração portuguesa nos anos 60 do século XX: Porque não revisitá-la hoje? (1ª ed.). Centro de Pesquisa e Estudos Sociais, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Castelo, C. (2009). Migração ultramarina: Contradições e constrangimentos. Ler História, 59, 69-82. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1950>

Cepeda, F. J. T. (1995). Emigração portuguesa: Um fenómeno estrutural (1ª ed.). Instituto Politécnico de Bragança.

Esteves, F. P. N. de M. (2022). Emigração portuguesa para Colmar (1960-1974) (Dissertação de mestrado). ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Figueiredo, I. (2009). Caderno de memórias coloniais. Coimbra, Portugal: Angelus Novus.

Kalter, C. (2017). Gente pós-colonial: Quem eram os retornados? In Retornar: Traços de memória do fim do império (pp. 101-120). Lisboa, Portugal: Edições 70.

Marques, J. C. L. (2001). A emigração portuguesa para a Europa: Desenvolvimentos recentes. JANUS 2001 – Actualidade das Migrações. <https://hdl.handle.net/10316/489>

Paulo, H. (2000). “Aqui também é Portugal”: A colónia portuguesa do Brasil e o salazarismo (1ª ed.). Coimbra, Portugal: Quarteto Editora.

Peralta, E. (2021). A integração dos “retornados” na sociedade portuguesa: Identidade, desidentificação e ocultação. Análise Social, 54(231), 310-337. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2019231.04>

Ribeiro, F. G. C. (1986). Emigração portuguesa: Aspectos relevantes relativos às políticas adotadas no domínio da emigração portuguesa, desde a última guerra mundial. Contribuição para o seu estudo (1ª ed.). (S/L).

Ramos, S. F. M. (2014). Dinâmicas transnacionais da emigração portuguesa em França (Dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra.

Silva, M. N. (2008). Redes de emigração económica clandestina com destino a França: (Penedono, 1960-1974) (Dissertação de mestrado). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Anexo 1 - Entrevista

Avô, qual era função que desempenhavas no contexto da guerra colonial?

Eu fazia parte da Força Aérea- mais especificamente era instrutor de cães de guerra. Foi-me distribuído um cão de guerra – o Dicke – que me iria ajudar a patrulhar a unidade. Durante a noite, acompanhava-me sempre nas rondas aos postos, para verificar se os “sentinelas” estavam a fazer o seu trabalho e se se mantinham acordados. Na altura, ainda encontrei bastantes a dormir. Recordo-me que um dos sentinelas adormeceu em cima da sua espingarda e um grupo de cidadãos moçambicanos lhe roubaram a arma de serviço. Depois, eu e o meu cão, seguimos o rasto destes e encontramos-los numa palhota (casa típica moçambicana) a segurar arma roubada. Perante essa situação, vi-me obrigado a prender o sentinela que, posteriormente, foi entregue à PIDE que se encarregava de lhe atribuir o devido castigo.

Quanto tempo estiveste em Moçambique?

30 meses. Fui em 1967 e vim em 1969.

Saí da base n.º 6 do Montijo com destino à base aérea nº10 – cidade da Beira – Moçambique.

Conta-me como correu a viagem de ida.

Fui num navio chamado “Príncipe Perfeito”, durante 18 dias. O nosso dia-a-dia, basicamente, era acordar, comer (havia bastante abundância de comida) e dormir. Durante o dia, convivíamos uns com os outros, para passar o tempo, sendo que partilhávamos as nossas preocupações e anseios sobre os tempos que se avizinhavam. Recordo-me que havia muitos colegas que passaram mal devido aos enjoos, mas nós tentávamos sempre distraí-los para que aguentassem melhor os balanços do paquete, provocados pela instabilidade do mar.

Consideras que foste forçado a ir ou foste de livre vontade?

Não fui de livre-vontade, fui forçado, visto que “ninguém podia fugir à tropa”. Obviamente, ninguém quer ir para o meio de uma guerra, tínhamos muito medo do desconhecido. Porém, senti que nos incentivaram bastante a combater, fizeram-nos uma espécie de “lavagem cerebral” : diziam-nos que iríamos defender a nossa pátria o que nos

dava motivação para aguentarmos as adversidades. Na altura, depois de ouvir tudo aquilo, sentia que ia cumprir o meu dever de defender o país do inimigo.

Apesar de na época emigrarem em busca de melhores condições de vida, tal não acontecia connosco, pois nós éramos mesmo mobilizados e obrigados a ir defender o país.

Como é era a vida em Moçambique, neste caso, ex-colónia e que diferenças acentuas em relação à metrópole?

No geral, as condições de vida lá eram melhores. Tínhamos mais abundância de comida, as mentalidades eram mais evoluídas em relação à metrópole. Tínhamos água quente e tínhamos melhores infraestruturas: os contentores onde vivíamos eram melhores, em comparação com as casas.

Um dia típico na base seria levantarmo-nos, tomarmos o pequeno-almoço que era quase sempre cacau, amendoins e batata-doce e depois seguiam-se as atividades de manutenção da unidade. Por vezes, ajudávamos os mecânicos do armamento a colocar as bombas nos aviões.

Como foram os tempos vividos durante a conjectura de guerra e que dificuldades destacas?

No geral, passamos tempos muito complicados.

O calor era muito difícil de suportar, pois faziam cerca de 52° à sombra. Muitas vezes, colocávamos uma folha de lata ao sol e por cima o peixe para grelhar, sendo que passados uns minutos o peixe já estava cozinhado.

O facto de ter de lidar com as cobras cuspidoras e com os animais selvagens foi também complicado.

Vi também 4 colegas meus da unidade falecerem, o que foi uma experiência bastante traumática para mim. Apesar de nenhum deles ter morrido em combate (pois a base estava muito bem guardada mesmo pela Força Aérea), o meu companheiro Zé foi levado por uma granada e o Albano faleceu num acidente. Durante o tempo que estávamos na unidade, ambos haviam partilhado comigo muitas histórias suas, assim como os seus desejos e ambições que tinham quando regressassem à pátria. O Zé falava muito em casar-se com namorada que era de Lamego. Porém, no momento em que os vi no chão, deitados, percebi que tudo isso se tinha desvanecido. Nada se iria concretizar. Todos os seus desejos e os nossos segredos, os momentos que tínhamos vivido juntos tinham ido também embora com eles. Foi algo muito marcante.

Noutra altura, um avião de combate aterrou na pista da base de rasto - não desceu o trem de aterragem- pelo que raspou bastante a pista. Tal foi causado pelo facto de lhe ter acabado a gasolina, pois os inimigos, com as suas espingardas, atingiram os depósitos de gasolina situados nas asas, tendo-se desperdiçado gasolina. Ora no suposto momento da aterragem, o avião começou-lhe a cair, tendo perdido o controlo dos comandos. A sua sorte foi ter ainda espaço para aterrar, caso contrário teria falecido.

Numa noite estava no cinema Santiago, em Tete. De repente, aparece uma mensagem na tela “Todos os militares devem sair”. Isto porque a 10 min de nós havia um quartel de infantaria que estava com problemas: um morteiro (granada) rebentou e tivemos de ir apoiá-la.

Como era a tua relação com os cidadãos moçambicanos?

Eu sempre tive uma boa relação com os cidadãos moçambicanos, nunca os descriminei. Inclusivamente, para me dirigir a eles, chamava-os da seguinte forma “Ei, moçambicano”, sempre com o devido respeito.

Relativamente aos oficiais, os “bons” também os tratavam com o mesmo respeito, mas os “maus” chegavam até a pontapear os cidadãos moçambicanos que se aproximavam da unidade, não sabendo se eram ou não terroristas. Por vezes, até eram soldados africanos que nos vinham alertar para o facto de haver indivíduos suspeitos num determinado lugar, o que despoletava todo um procedimento que implicava a mobilização de um helicóptero e de uma tropa específica a fim de averiguar a situação. De destacar que estes africanos que vinham até ao nosso encontro apenas queriam em trocar os restos da nossa comida que distribuíam depois para a sua família.

Alguns militares eram completamente desumanos, sem coração. Entravam nos acampamentos das famílias moçambicanas e arrancavam os bebés de 3/4 meses dos braços das mães. Depois, espetavam-lhe facas á frente destas. Era um verdadeiro massacre. Foram tempos horríveis de uma violência extrema.

Outros militares guardavam, em frascos de álcool, partes do corpo dos inimigos- os que defendiam a sua terra. Chegaram até a levar consigo esses frascos que sei que mantêm até hoje em casa, como se fosse um troféu.

Qual o momento mais difícil que te marcou durante o tempo em que estiveste em Moçambique?

O que era mais difícil era o facto de eu estrá a dormir no meu quarto e olhar pela janela e ver os 600 depósitos de gasolina dos aviões – benzina – altamente explosiva. Mal conseguia pregar olho com a ideia que ecoava na cabeça: se tudo aquilo explodisse, morreríamos na hora. Os nossos militares, nos postos, fumavam descontraidamente perto desse aglomerado de depósitos, deitando a beata no chão, o que me assustava.

Apesar de todo o terror, chegaste a viver bons momentos?

Sim, sem dúvida. Nem tudo era mau e eram os momentos de lazer que nos davam alento e força para aguentar todo o terror vivido. Fiz parte de um conjunto musical de Rock. Eu era o viola-solo, sendo que o grupo era constituído por uma viola-ritmo, uma viola-baixo e um baterista. Nessa altura, desenvolvi muito o meu gosto musical. Vivemos bons momentos de confraternização que serviram como “escape” para aliviar a tensão.

Como foi a viagem de regresso?

Retornei ao meu país de avião da força aérea portuguesa, após o fim da minha Comissão. Ia um pouco triste, pois afeiçoei-me aos meus colegas com quem fiz amizades.

O que mais me custou foi o facto de ter de me desfazer do meu cão Dicke. Ele teve de ser morto pois os cães apenas podiam ter um tratador – após terem cumprido o tempo de serviço com o seu respetivo tratador, tinham de ser abatidos, pois não podiam ser fiéis a mais nenhuma pessoa. Ainda tentei pedir ao comandante – tenente Azevedo – e poderia trazer o meu cão, mas a resposta foi negativa: o cão, após cumprir o seu mandato, tem de ser abatido.

Lembro-me que o meu cão pressentiu que eu me ia embora: rebentou com a corrente do cadeado e dirigiu-se a mim para se despedir, no exato momento em que eu estava a subir o avião. Naquele momento, as lágrimas escorreram-me pelos olhos. Ficou para sempre na minha memória.

Como é que encontraste o país?

No fundo, cresceu mais o ultramar do que o meu próprio país que permanecia um “autentico atraso de vida”. Considero que o Terceiro mundo era o nosso próprio país.

A diferença que mais me marcou foi o facto de que quando cheguei a Portugal, já tínhamos um horário de trabalho definido, ao contrário do que acontecia antes de ir em que “tínhamos de pegar quando o sol nascia e despegar quando ele se punha”, ou seja, não tínhamos horas definidas para estar na terra, trabalhávamos de “sol a sol, mais de 12 horas por dia”.

Que traumas advieram dos tempos em que estiveste na guerra?

Bastantes. Ainda hoje sonho com o barulho das granadas e com esses tempos de conflito. Sonho muitas vezes com o rio Zambeze e com um episódio em que quase me afoguei nele.

Nos primeiros tempos após o regresso, apenas conseguia dormir cerca de 2 horas por noite e sempre tendo ao lado uma espingarda que, apesar de não estar carregada, me dava segurança.

Testemunho da minha avó, na qualidade de mulher de um ex-combatente:

Como lidaste com o tempo em que o avô esteve na guerra?

Muito mal, no geral estava sempre a rezar por ele e quando ouvia notícias de que X soldados faleceram chorava imenso, esperando sempre que nenhum deles fosse o teu avô. A mãe do teu avô também estava sempre aflita e mandava-lhe, diversas vezes, dinheiro escondido dentro dos sapatos.

Figura 1



Fig. 1 - Fotografia ilustrativa do entrevistado durante a época de serviço militar (fonte própria).

Figura 2



Fig. 2 - Fotografia ilustrativa do entrevistado durante a época de serviço militar (fonte própria).